

## RESENHA

### **Gestão de Arquivos Públicos e sua Evolução Tecnológica** **Management Public Archives and its Technological Evolution**

Eloi Martins Senhoras- Doutor em Ciências, professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR)- Email: [eloisenhoras@gmail.com](mailto:eloisenhoras@gmail.com)

Bárbara Morais da Costa de Souza -Pós Graduada em Planejamento e Gestão Estratégica pela UNINTER. Docente do Instituto Federal do Amazonas - IFAM / Campus Labrea. Email: [barbaramoraiscs@gmail.com](mailto:barbaramoraiscs@gmail.com)

Manuscript first received/*Recebido em*: 24/01/2015 Manuscript accepted/*Aprovado em*: 02/03/2015  
Avaliação: Double Blind Review pelo SEER/OJS

A gestão de arquivos públicos é um tema de grande relevância nos dias atuais, em especial devido à era tecnológica, a qual tem aumentado exponencialmente a publicização da massa documental produzida, levando as instituições a um processo de análise sobre como os documentos estão sendo geridos e quais formas devem ser adotadas para melhorar e tornar mais eficientes os órgãos de guarda e preservação dos documentais.

Tomando como referência o tema da gestão de arquivos na era da informação, o livro “A informação na internet: arquivos públicos brasileiros” é fruto de um amplo estudo sobre como as “informações” ou dados são produzidos por instituições privadas e públicas, com destaque às últimas, a fim de mostrar como elas fazem a gestão dos arquivos públicos, bem como podem melhor utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação para disponibilizarem seus arquivos de forma segura, rápida, com fácil acessibilidade.

Esta obra oferece subsídios para compreender quais são os novos territórios e desafios para a arquivologia, ao trazer uma enriquecedora reflexão sobre como a *internet* pode reposicionar as instituições arquivísticas como espaços públicos de acesso a informações e de gestão da democratização do conhecimento, sem incorrer em um formato de manual, com agendas generalistas e prescritivas.

O livro intitulado “A informação na internet: arquivos públicos brasileiros” é uma adaptação da tese de doutorado em Ciência da Informação defendida pela Dr.<sup>a</sup> Anna Carla Almeida Mariz, sendo estruturado em quatro capítulos mais uma introdução e conclusão que

tratam sobre as instituições arquivísticas, as formas de transferência da informação e o uso das ferramentas tecnológicas para a modernização dos arquivos.

No primeiro capítulo, “Transferência da informação arquivística”, há uma abordagem que envolve as diferentes etapas da produção documental, por meio de um detalhamento sobre o significado e a importância dada à informação, ao acesso, à guarda e disponibilidade dos arquivos, bem como sobre a transferência da informação ou sobre a sua eventual falha ou ausência quando registrada a falta de políticas administrativas adequadas.

O conteúdo deste capítulo, ainda, discute a ampla forma como a informação atualmente chega até seus usuários diante da significativa mudança de ênfase do suporte dos documentos para o conteúdo e as informações neles contidos em razão do grande número de documentos produzidos através de mídias digitais desde a conformação da revolução das tecnologias de informação e comunicação.

Neste contexto, uma recorrente inquietação apresentada na gestão de arquivos públicas é a forma como a informação será disponibilizada ao público, pois existem inúmeras barreiras encontradas pelos usuários que devem ser trabalhadas por meio de diferentes trilhas ou linguagens, tais como mídias visuais, textos, imagens e sons, permitindo, assim, meios diversificados para que o acesso à informação se materialize a um amplo público interessado.

No segundo capítulo, “As Instituições Arquivísticas”, a obra discorre a origem dos arquivos desde a Era Medieval, quando sua natureza era pessoal com a finalidade de controle dos domínios imperiais, passando pela Idade Média, quando houve um aumento da massa documental de natureza privada, com o surgimento de monarcas que levavam consigo seus arquivos para os novos povos conquistados, o que repercutiu em um relevante impulso para a criação de unidades gestoras de documentos à época.

Já na Idade Moderna, com a organização dos corpos burocráticos e a centralização do poder em instituições e órgãos que vieram a compor os Estados Nacionais, difunde-se uma tendência de criação de arquivos públicos que vem até a Idade Contemporânea com o objetivo da armazenagem de documentos facilitar a gestão governamental da máquina pública e o desenvolvimento de políticas públicas.

**Quadro 1 – Evolução das Instituições Arquivísticas**

Arquivos	Período	Característica	Finalidade	Caráter	Dificuldade
	Medieval	Razão	Controle	Pessoal	Acesso
	Idade Media	Religião (fê)	Informação	Privado	Mobilidade
	Idade Moderna	Razão e Ciência	Monopólio da Informação	Burocrático	Centralização
	Idade Contemporânea	Razão e Tecnologia	Administrativa e Educativa	Público	Disponibilidade

Fonte: Elaboração própria. Baseada em MARIZ (2012)

No caso das instituições arquivísticas públicas brasileiras, observa-se com destaque o ano de 1838, quando foi criado o Arquivo Nacional que se caracterizou até meados do século XX pela guarda e preservação de material e conteúdos históricos do país com destino aos usuários da *res burocrática*, em contraposição ao ano de 1988 que trouxe na Constituição Federal uma nova mentalidade para os órgãos e arquivos detentores de informação, por meio do amplo acesso aos *usuários* da *res pública* aos conteúdos produzidos na máquina pública.

No terceiro capítulo, “A *internet* e as redes de comunicação”, o livro descreve o início do uso das redes de informação e comunicação pelos militares dos Estados Unidos da América, a fim de mostrar como a sua utilização civil por universidades, por meio do uso de computadores conectados na *internet* para a transmissão de dados, repercutiu na evolução tecnológica do atual estado da arte na gestão de arquivos.

As novas tecnologias de informática e comunicação, ao conjugarem o suporte e o transporte, acabaram engendrando uma compressão espaço-temporal em que o pesquisador-usuário não necessita mais se submeter às regras de horário, local ou limite de consulta nos arquivos físicos já que a informação passa crescentemente a ser publicizada digitalmente para um amplo público de usuários.

Em um contexto que os arquivos se tornam virtuais devido ao uso da *internet*, o tema da inclusão digital se torna crescentemente relevante para definir quem terá acesso e como aos arquivos públicos, uma vez que existem barreiras tecnológicas que implicam na necessidade de infraestrutura de acesso, disponibilidade de equipamento, bem como em treinamento no uso do computador e da *internet*.

Por fim, e não menos importante, o quarto capítulo trata das “Interfaces dos arquivos públicos brasileiros com a *internet*”, ao alertar sobre a preocupante realidade da ausência de políticas públicas voltadas para a gestão eficiente dos arquivos, na qual estão listados uma série de entraves que vão desde a falta de recursos financeiros até a dependência de órgãos mantenedores de origem (federal, estadual ou municipal).

De forma geral, há uma evolução em construção nos arquivos públicos que se manifesta pela utilização da rede para facilitar o acesso aos seus dados, porém, no Brasil esse processo tem se manifestado de maneira lenta e tortuosa, uma vez que muitos dos arquivos continuam não dispendo de instrumentos de pesquisa on-line, servindo apenas como ferramenta de divulgação da instituição e não como portal de serviços aos cidadãos.

Tomando como referência uma profunda revisão bibliográfica e de trabalho de campo em arquivos públicos brasileiros, a obra mostra que os avanços tecnológicos não foram suficientes para avançar o tema no país, haja vista que persistem, tanto, deficiências de infraestrutura na publicização dos arquivos para o público em geral, quanto, hiatos cognitivos no público usuário para utilizar os arquivos como fontes de informações.

Com base nas discussões apresentadas no livro, por meio de quatro capítulos, observa-se que a gestão dos arquivos públicos no Brasil é extremamente deficiente, havendo um enfático entendimento de que estamos muito longe de tornar as informações adequadamente disponíveis, pois persistem acervos sem possibilidade de acesso físico, simultaneamente, a deficiências de profissionais habilitados e tecnologias para facilitar todo o processo na era da informação e do conhecimento.

A obra demonstra que para diferentes *stakeholders*, atores com interesses específicos no tema, os arquivos públicos brasileiros ainda não estão estruturados o suficiente aptos para atender de forma eficiente os seus usuários através do atendimento virtual, seja, devido a não informatização dos seus materiais, seja, em razão do usuário não reconhecer as formas de pesquisa e a disposição dos documentos arquivado nos *softwares* de busca.

Conclui-se que o conteúdo extremamente relevante e atualizado sobre a gestão de arquivos públicos, ao ser conjugado a uma linguagem simples e concisa, torna o livro em uma obra de referência e uma leitura indispensável em cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de administração, ciência da informação e secretariado executivo, bem como para atualização de profissionais que lidam direta ou indiretamente com o tema.

### Referências Bibliográficas

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet:** arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012, 168 p. / ISBN: 978-85-225-0928-7